



PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Do Sr. David Soares)

Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Base e Diretrizes da Educação Nacional, para dispor sobre a proibição do ensino sobre orientação sexual identidade de gênero nas escolas.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O artigo 32, da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1990 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

**§7º** Fica proibido o ensino sobre orientação sexual e identidade de gênero nas escolas para crianças e adolescentes.

**§8º** Caso a escola descumpra o determinado no §7º, ficam os pais ou responsáveis legais autorizados a processar a escola nas esferas cabíveis.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira tem vivido momentos delicados: social, política e culturalmente. Observamos que valores humanos básicos, principalmente aqueles relacionados à família, são constantemente diminuídos e desprezados por setores que se apresentam como “progressistas” perante a sociedade.





A fim de defender valores cristãos, entendemos caber à própria família decidir quando e como iniciar a criança em temas relacionados à sexualidade, uma vez que são os valores familiares que irão guiar o caminhar do infante na seara íntima e sexual por toda a sua vida adulta. Isso porque a escola é uma instituição que tem uma função subsidiária na educação das crianças. Ela não pode substituir a família e seus respectivos valores.

A missão dessa instituição é ajudar na função educativa própria da família, especialmente durante a infância e adolescência. Logo, apresentamos o presente projeto de lei, para coibir ensino sobre orientação sexual e identidade de gênero nas escolas para crianças e adolescentes e condicionar o ensino na escola sobre temas relativos à educação social.

Posicionamo-nos, dessa forma, ao lado da família. Buscamos deixar claro que educação sexual se trata em casa, com os pais, que conhecem a sensibilidade e particularidade de seus filhos. A educação moral é da família – e a escola, bem como a sociedade, deve perceber esse limite.

Por todo o exposto e reconhecendo a responsabilidade dos pais pelas diretrizes familiares nos aspectos relacionados à sexualidade, solicito o apoio dos nobres Deputados para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,                      de                      de 2022.

(Do Sr. David Soares)

